

Vaticano divulga 6ª encíclica; Papa pede unidade em torno de Maria

Da Reportagem Local e da Sucursal de Brasília

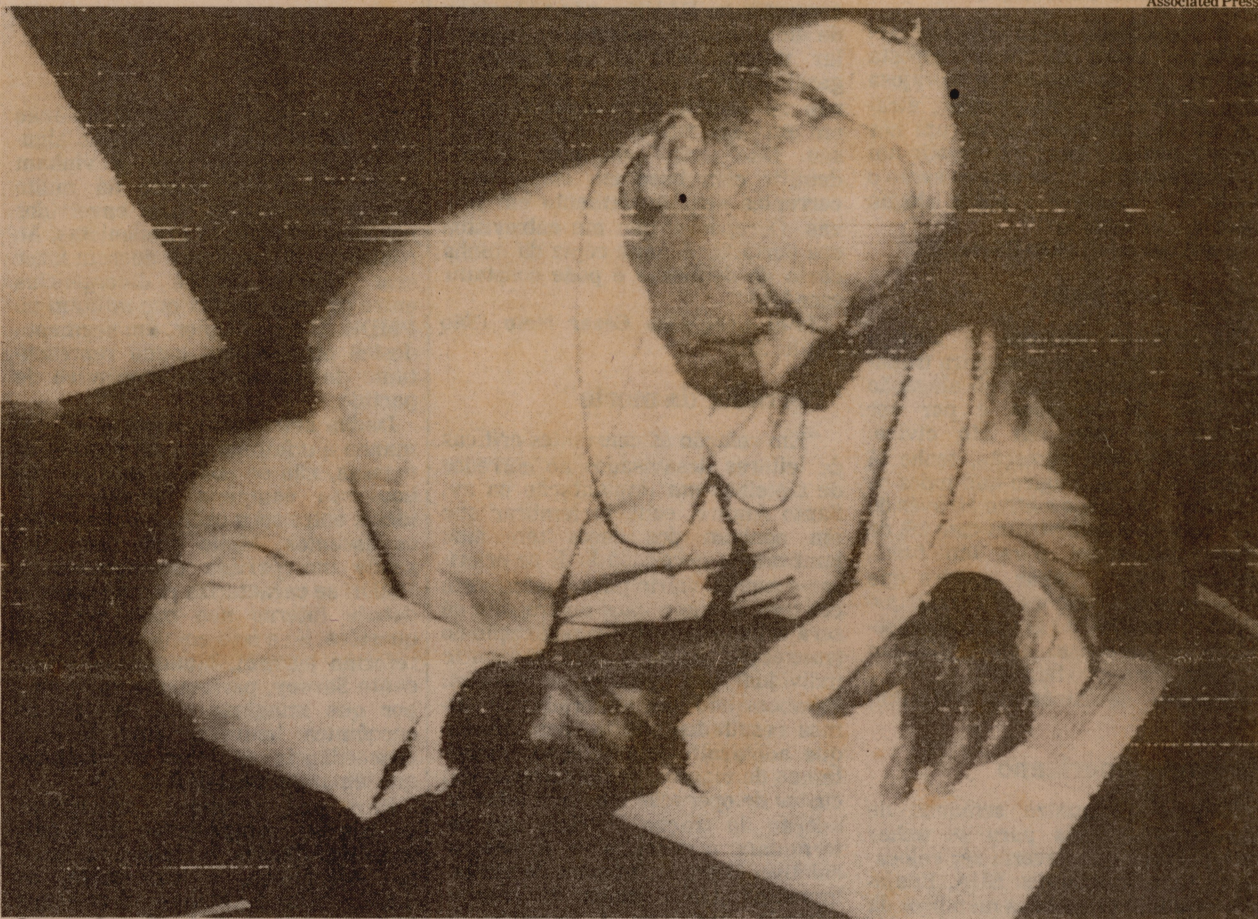
Um apelo a todas as confissões cristãs do mundo para que considerem a Virgem Maria como "mãe comum" é um dos destaques da sexta encíclica de João Paulo 2º em oito anos de pontificado. A encíclica "Redemptoris Mater" ("A Mãe do Redentor") foi divulgada ontem, no Vaticano, pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. Um resumo do documento foi divulgado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ontem à tarde, em Brasília.

Com o subtítulo "Sobre a bem-aventurada Virgem Maria na vida da Igreja peregrina", a encíclica, com cerca de 115 páginas —escrita originalmente em polonês, pelo próprio papa e, depois, traduzida para o latim, língua oficial da Igreja—apresenta a mãe de Jesus como "consciência, para a Igreja, sobre a opção preferencial pelos pobres" e diz que "a verdade sobre o Deus que salva, não pode ser separada da manifestação de seu amor preferencial pelos pobres e humildes", reafirmando o que já haviam dito os documentos da Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação.

A nova encíclica, anunciada pelo papa em 1º de janeiro último, será o principal instrumento de trabalho, na Igreja Católica, para o "Ano Mariano", a ser aberto por João Paulo 2º em 7 de junho próximo, "Domingo de Pentecostes", com eventos programados até 1988, quando será celebrado o milésimo aniversário da introdução do cristianismo na antiga Rússia (hoje uma das repúblicas da União Soviética), possivelmente com a primeira visita do atual pontífice à União Soviética. A "Redemptoris Mater" pretende, também, preparar o clima eclesial para a celebração do bimilenário de Jesus Cristo, no ano 2000.

Mistério

A encíclica analisa "a realidade de Maria no mistério de Cristo e da Igreja", tem uma introdução, três partes, nove capítulos e uma conclusão. No início, o papa diz que a carta situa-se "na perspectiva do ano 2000, em que o jubileu bilinear de nascimento de Cristo orienta, ao mesmo tempo, nosso olhar para sua



O papa João Paulo 2º assina no Vaticano a encíclica "Redemptoris Mater", a sexta divulgada em oito anos de pontificado

mãe". Na primeira parte, analisa expressões bíblicas sobre Maria, como "cheia de graça", dita à mãe de Jesus pelo anjo que lhe anunciou que geraria o salvador do mundo, conforme a doutrina cristã. Na segunda parte, reflete sobre o "Magnificat" ou "canto de Maria", descrito no Novo Testamento, no qual ela exalta Deus por tê-la escolhido como mãe de Jesus. Na terceira parte, reafirma a doutrina do Concílio Vaticano 2º sobre Maria, apresentando-a como modelo "para que a mulher viva dignamente sua feminilidade". Faz também um apelo para que católicos, evangélicos e ortodoxos unam-se, em torno de Maria, como "uma única família de Deus na terra". A encíclica reafirma a doutrina tradicional da Igreja sobre Maria —sua imaculada concepção, virgindade e assunção aos céus, depois da morte.

Mãe de Jesus é modelo para Igreja do século 21

Em sua nova encíclica sobre "A Mãe do Redentor", João Paulo 2º apresenta Maria, mãe de Jesus, como o modelo mais adequado para que a Igreja se prepare para o século 21, terceiro milênio do Cristianismo. Ela é apresentada como "figura central no mistério de Cristo e da Igreja peregrina", como "mulher obediente e fiel", cuja condição de pobreza reforça, na Igreja, a opção preferencial pelos pobres. É mostrada como modelo para as mulheres de hoje, em sua luta por autonomia, embora o papa não se aprofunde no tema.

A encíclica reflete, também, a confluência de vários elementos: a devoção pessoal do papa a Maria desde a infância (levando-o a ter, em

seu estandarte papal, a letra 'M' e a ter, como lema, a frase latina "totus tuus" —"todo teu"); a sua intenção —com um texto sobre a mãe de Jesus— de completar uma trilogia de cartas sobre Cristo ("Redemptor Hominis", 1979), Deus Pai ("Dives in misericordia", 1980) e Espírito Santo ("Dominum et Vivificantem", 1986); e seu esforço para obter a unidade entre católicos, evangélicos e ortodoxos

Correto, do ponto de vista da doutrina católica, o novo texto pontifício trata de um tema polêmico do ponto de vista ecumênico —o culto a Maria— e abre espaço de apoio para todas as correntes de pensamento na Igreja. (DA)

Devoção mariana é antiga no país

A encíclica "Redemptoris Mater", de João Paulo 2º, divulgada ontem, reforça a devoção mariana na Igreja do Brasil, presente, aliás, na história nacional desde os primeiros anos da colonização portuguesa. Um dos principais textos do jesuíta e beato José de Anchieta foi, justamente, o "Poema à Virgem". Cada católico brasileiro tem, certamente, uma Nossa Senhora de sua devoção e Maria é patrona de muitos municípios, em todos os Estados.

Em termos da ação pastoral da Igreja, coordenada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a nova encíclica reforça a adaptação das atividades eclesiais católicas no país à linha mariana de João Paulo 2º. Pouco a pouco, Aparecida, cidade mariana no Vale

do Paraíba, interior paulista, torna-se o centro e o símbolo dessa tendência. Está sendo construído, por exemplo, em Aparecida, um centro de convenções da CNBB e, por sugestão do Vaticano, está sendo instalada também uma Academia Mariana que fará estudos sobre Maria. Em abril próximo, na sua assembleia anual, a CNBB deverá planejar suas atividades dentro do "Ano Mariano", a ser iniciado dia 7 de junho próximo.

Publicação da encíclica

Na semana que vem, as grandes editoras católicas (entre as quais a Vozes e a Edições Paulinas) começarão a distribuir os livros com o texto da última encíclica escrita pelo papa João Paulo 2º.

Censura ao livro de Boff fere regulamento da CNBB

A declaração da Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, "desaconselhando vivamente" o livro "A Trindade, a Sociedade e a Libertação" (Editora Vozes, 1986), do teólogo franciscano Leonardo Boff, fere o regulamento da Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A declaração foi divulgada no último dia 17, no "Boletim da Revista do Clero", publicação oficial da arquidiocese. Já o pedido encaminhado pela arquidiocese fluminense à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, do Vaticano, para que este livro e outro texto de Boff, "E a Igreja se Fez Povo" (Vozes, 1986), sejam examinados pelos censores chefiados pelo cardeal Joseph Ratzinger, fere o princípio de "subsidiariedade" da Igreja Católica brasileira. Segundo este princípio, questões eclesiais brasileiras só podem ser encaminhadas ao Vaticano em última instância.

O regulamento da CED, segundo apurou a Folha, prevê que cabe à Comissão de Doutrina "examinar a concordância com a fé católica das publicações e outros meios destinados ao ensino da doutrina, quando solicitada pela presidência (da CNBB) ou por um membro da conferência episcopal, através do encaminhamento da respectiva Comissão Episcopal Regional". Além disso, acrescenta que a CED não tomará nenhuma atitude "sem que antes faça ciente o autor em exame, ao qual cabe amplo direito de explicações", e que lhe cabe "mediar, por solicitação, em questões doutrinárias, o diálogo entre autores, editores e bispos", e "servir de intermediária, a pedido, nos eventuais recursos a instâncias superiores".

Ao decidir analisar o último livro de Boff, a Arquidiocese do Rio não encaminhou qualquer pedido de investigação sobre os livros de Boff à CNBB, preferindo agir por iniciativa própria. Também não enviou a Boff

qualquer comunicação sobre o trabalho que estava realizando ou sobre o parecer final, publicado no "Boletim da Revista do Clero".

Outro ponto do regulamento, respeitado no procedimento da Comissão de Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, é o que determina que, após exame do livro ou da questão doutrinária polêmica, a CED enviará seu parecer à presidência da CNBB que, com ele, deliberará sobre o encaminhamento a ser seguido. A arquidiocese não enviou seu parecer sobre o livro à CNBB.

Subsidiariedade

O regulamento da CED foi aprovado em abril do ano passado, na 24ª Assembleia Geral da CNBB, em Itaici (SP). Na próxima assembleia, na segunda quinzena de abril, a nova polêmica em torno dos livros de Boff certamente será debatida pelos bispos.

No plano político-pastoral, a iniciativa da arquidiocese fluminense também está em desacordo com os entendimentos mantidos entre a CNBB, o papa João Paulo 2º e o cardeal Ratzinger, em 1985, sobre as relações entre a Igreja no Brasil e o Vaticano, mediante os quais qualquer problema eclesial brasileiro só seria levado à Roma em última instância, depois de a CNBB ter esgotado suas próprias possibilidades de encaminhamento interno. Este é o chamado "princípio da subsidiariedade". A CNBB empenhou-se em obter esse acordo junto ao Vaticano, sobretudo porque estava insatisfeita com a comunicação paralela mantida entre a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a Cúria Romana, atropelando a intermediação da conferência episcopal. Essa comunicação direta não fere a doutrina católica, já que cada bispo responde unicamente ao papa, como chefe da Igreja —mas é considerada inadequada do ponto de vista pastoral e da comunhão hierárquica.

Bispo-auxiliar compõe comissão

Da Reportagem Local

A Comissão Episcopal de Doutrina (CED) da CNBB —cujo principal objetivo, de acordo com o seu regulamento, é "incentivar e acompanhar, através do diálogo frequente, os que se dedicam à reflexão, ensino e produção, nas áreas doutrinárias de interesse imediato para a missão da Igreja"— é formada por cinco bispos titulares e dois suplentes, eleitos em assembleia geral, com mandato de duração idêntica ao da presidência da conferência episcopal. O bispo-auxiliar do Rio, d. Karl Romer, um dos integrantes da comissão que analisou o livro "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", de Leonardo Boff, por iniciativa da arquidiocese fluminense, é membro da CED.

Até agora, a CED não foi acionada pela Arquidiocese do Rio para examinar os últimos dois livros de Leonardo Boff. Portanto, como afirmou o próprio teólogo, em nota divulgada ontem, no Rio, a iniciativa

do cardeal-arcebispo d. Eugênio Sales e de d. Karl Romer limita-se à área sob jurisdição do arcebispo fluminense. Oficialmente, na CNBB, a polêmica sobre "A Trindade, a Sociedade e a Libertação" e "E a Igreja se Fez Povo" (o outro texto polêmico) não existe.

O atual coordenador da CED é o cardeal-arcebispo de Fortaleza (CE), d. Aloísio Lorscheider, e os outros titulares, além de d. Karl Romer, são o arcebispo de Manaus (AM), d. Clóvis Frainerm, os bispos de Coxim (MA), d. Ângelo Domingos Salvador, e de Ilhéus (BA), d. Valfredo Tepe, um dos assessores da Comissão Teológica Internacional do Vaticano. Os suplentes são o arcebispo de Brasília, d. José Freire Falcão (eleito há quinze dias para a vice-presidência do Celam —Conselho Episcopal Latino-Americano) e o bispo de São José dos Campos (SP), d. Eusébio Oscar Scheid. O mandato destes bispos terminará em abril, na assembleia da CNBB, em Itaici (SP).

"A Mãe de Deus no centro da Igreja"

Esta é a íntegra do resumo da encíclica "Mãe do Redentor", divulgada ontem pela CNBB:

"A Encíclica 'Redemptoris Mater' aprofunda a realidade de Maria no mistério de Cristo e na vida da Igreja peregrina, dando continuidade ao capítulo 8º da Constituição Conciliar 'Lumen Gentium' (Luz dos Povos) e à Exortação Apostólica 'Marialis Cultus' (Culto Marial) de Paulo 6º. Algumas características principais que se destacam na Encíclica são: a amplitude do discurso bíblico, o ponto de vista trinitário, cristológico e pneumatológico, a colocação da fé da Virgem, tudo isso situado na perspectiva do momento presente da vida eclesial, com referência particular à dimensão ecumênica.

"Depois das Encíclicas dedicadas respectivamente a Cristo Redentor (Redemptor hominis, 1979), ao Pai da misericórdia (Dives in misericordia, 1980) e ao Espírito Santo que dá a Vida (Dominum et Vivificantem, 1986), que formam uma espécie de 'trilogia trinitária', o Santo Padre quis dedicar uma Encíclica a Maria de Nazaré, a criatura que a Tradição cristã salda, em razão de sua relação única com a Trindade, como a filha eleita pelo Pai, Mãe Imaculada do Verbo encarnado, o templo santo do Espírito Santo.

"Há sobretudo duas fontes às quais o Santo Padre se refere constantemente: antes de tudo a Sagrada Escritura; depois os documentos do Concílio Vaticano 2º, em particular as Constituições sobre a Igreja (Lumen Gentium), sobre a Revelação Divina (Dei Verbum) e sobre a Igreja no mundo contemporâneo (Gaudium et Spes). É por isso que a Encíclica se apresenta como uma reflexão sobre a Palavra de Deus e um comentário sobre textos conciliares, sobretudo sobre o capítulo 8º da 'Lumen Gentium' que trata da 'bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no Ministério do Cristo e da Igreja'. A atenção dada à Bíblia e ao Vaticano 2º é acompanhada de constante recurso à Tradição —patristica e litúrgica— do Oriente e do Ocidente.

"A Encíclica 'Redemptoris Mater' se apresenta assim: uma Introdução (nn. 1-6); três partes intituladas respectivamente 'Maria no Mistério de Cristo' (nn. 7-24), 'A Mãe de Deus no centro da Igreja que está a caminho' (nn. 25-37) e 'A Mediação Materna' (nn. 38-50); uma Conclusão (nn. 51-52).

"Na Introdução, o Santo Padre coloca as razões que o levaram a proclamar um Ano Mariano e a dedicar uma encíclica à Virgem Maria: é 'a perspectiva do Ano Dois Mil, já próximo, em que o jubileu bilinear do nascimento de Jesus Cristo leva ao mesmo tempo nosso olhar para a Virgem Maria, sua Mãe' (n.3). E explica: como, na realização do designio salvífico de Deus, o nascimento de Maria de Nazaré precedeu o nascimento de Cristo, como anualmente o tempo litúrgico do Advento precede o tempo de Natal, assim é oportuno que um Jubileu Mariano preceda e prepare o grande jubileu Cristológico do Ano Dois Mil.

"Na primeira parte —'Maria no Mistério de Cristo'— três expressões bíblicas são analisadas: (1) — o título 'Cheia de Graça'

(Lc.1,28) com que o Anjo Gabriel saudou Maria de Nazaré; a Encíclica o interpreta e o aprofunda à luz de um célebre versículo da Carta aos Efésios: 'Bendito seja Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos abençoou com todas as bênçãos espirituais no céu, em Cristo'; (2) — o louvor dado por Isabel a Maria: 'Feliz aquela que acreditou' (Lc. 1,45); sobre isso a Encíclica volta muitas vezes, mostrando sua grande importância e insistindo sobre o fato que a vida da Mãe de Jesus foi totalmente um 'caminho' ou uma 'peregrinação' da fé e na fé; (3) — a palavra dita por Jesus agonizante ao Discípulo amado: 'Eis, a tua Mãe' (Jo. 19,27), que constitui um 'testamento' de altíssimo valor eclesial. Na reflexão aprofundada destes textos, são lembrados numerosas passagens bíblicas, numa integração lógica, tratando de diversas formas a santa Mãe do Redentor; assim, a primeira parte do documento torna-se uma prolongada meditação bíblica sobre a figura de Maria na sua relação única com Cristo: mãe atenta, discípula fiel, companheira generosa na obra da salvação.

"Na segunda parte —'A Mãe de Deus no centro da Igreja que está a caminho'— a Encíclica mostra que Maria é para o 'povo de Deus que está em todas as nações do mundo' um modelo e um guia de sua peregrinação através das 'perseguições do mundo e as consolagens de Deus' (n.25). A metáfora da caminhada, muito presente na Bíblia, se torna particularmente fecunda para ilustrar a presença de Maria na vida da Igreja: a Mãe do Senhor precede e sustenta, guia e conforta a caminhada do Povo de Deus. Nesta segunda parte, toda uma seção trata da problemática, muito sentida em nosso tempo, da 'caminhada da Igreja e da unidade de todos os cristãos' (nn. 29-34), onde se lembra a convicção também dos irmãos separados do Ocidente que a figura de Maria faz parte integrante da nossa fé em Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem. E reservado também um grande espaço aos testemunhos magníficos da Mariologia das Igrejas do Oriente e à comemoração tanto do 12º Centenário do Concílio Ecumênico 2º da Niceia (ano 787), como do 10º Centenário da 'Conversão ao Cristianismo' dos povos da Antiga Rússia —Ucrânia, Bielorrússia, Rússia— (n.33). Uma outra seção é dedicada a considerar, à luz do 'Magnificat', tornado canto cotidiano da Igreja, alguns problemas do nosso tempo, como o amor preferencial pelos pobres.

"Na terceira parte —'A Mediação Materna'— se inspirando no capítulo 8º da 'Lumen Gentium', a Encíclica trata da 'mediação materna' de Maria repercutindo a doutrina do Vaticano 2º: subordinada à única mediação do Cristo, único Senhor, Salvador e Mediador, ela consiste essencialmente na intercessão e na função materna que a Virgem, segundo o designio de Deus, exerce no contexto global da Igreja.

"Na conclusão, o Santo Padre, depois de lembrar o sentido do Ano Mariano, lança um apelo para que se releia com empenho o Vaticano 2º e comenta a antífona 'Alma Redemptoris Mater'.